



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ELIANE PEREIRA PONTES

**A INSERÇÃO DAS PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO
SUPERIOR: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DO CURSO DE PEDAGOGIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**Campina Grande - PB
2014**

ELIANE PEREIRA PONTES

**A INSERÇÃO DAS PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO
SUPERIOR: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DO CURSO DE PEDAGOGIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Licenciatura em
Pedagogia do Centro de Educação da
Universidade Estadual da Paraíba UEPB,
campus I, em cumprimento aos
requisitos necessários para obtenção do
grau de Licenciada em pedagogia.
Orientadora: Professora Ms Adenize
Queiroz de Farias

Campina Grande - PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P814i Pontes, Eliane Pereira.

A inserção das pessoas com deficiência visual no ensino superior [manuscrito] : percepções de professores do curso de pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba. / Eliane Pereira Pontes. - 2014.

52 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Prof. Me. Adenize Queiros de Farias, Departamento de Educação".

1. Educação especial. 2. Educação inclusiva. 3. Ensino superior. 4. Prática docente. I. Título.

21. ed. CDD 371.911

ELIANE PEREIRA PONTES

**A INSERÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO
SUPERIOR: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DO CURSO DE PEDAGOGIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Licenciatura em
Pedagogia do Centro de Educação da
Universidade Estadual da Paraíba UEPB,
campus I, em cumprimento aos
requisitos necessários para obtenção do
grau de Licenciada em pedagogia.

Aprovada em: 15/09/2014.

ADENIZE DE FARIAS

Prof. Ms. Adenize Queiroz de Farias (Orientadora - UEPB)

Eduardo Gomes Oreste

Prof. Dr. Eduardo Gomes Oreste (Examinador - UEPB)

Cristiane Maria Nepomuceno

Prof. Dr. Cristiane Maria Nepomuceno (Examinadora - UEPB)

Dedico

A todos que fizeram parte da minha vida acadêmica e que contribuíram com a escolha dos caminhos a serem trilhados.

AGRADECIMENTOS

A DEUS

Que sempre esteve presente ao longo de minha vida, dando-me força e inspiração para acreditar neste trabalho;

À MINHA MÃE E MEU PADRASTO

A você mãe que me deu a vida e me ensinou a vivê-la com dignidade e ao meu padrasto pelo o carinho e afeto de pai. Obrigada, pois, vocês estiveram comigo em todos os momentos.

ÀS MINHAS IRMÃS

Que sempre me deram força em minha caminhada.

ÀS MINHAS AMIGAS

Simone, Tâmara, Nayara, Elisângela, Laureane, pelas palavras de coragem diante das adversidades.

ÀS PROFESSORAS

As minhas professoras que fizeram parte do meu sucesso Cristiane, Marinalva e Patrícia pelas sinceras palavras.

À ORIENTADORA

A minha querida orientadora que teve toda paciência comigo durante esta caminhada.

Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas. Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove. E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar. Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

(Cora Coralina)

RESUMO

A legislação brasileira assegura a todos os cidadãos indistintamente o direito à educação. Os estudantes com deficiência visual, público alvo da presente pesquisa vem alcançando níveis cada vez mais elevados de ensino, todavia, neste percurso se deparam com inúmeras e significativas barreiras, entre as quais destacamos a falta de formação docente, como também as dificuldades no processo avaliativo destes estudantes. Esse contexto excludente motivou a realização da presente pesquisa cujo objetivo é identificar olhares e práticas docentes adotadas em diversas disciplinas do curso de pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), o que faremos à luz do referencial teórico que trata da educação inclusiva, somado ao aporte metodológico oferecido pela abordagem qualitativa. O lócus no qual se deu a realização da presente pesquisa foi o Centro de Educação – CEDUC, em particular o curso de pedagogia da referida universidade. Para constituir a amostra recorreremos a 4 (quatro) professores do departamento acima mencionado, os quais atuam em distintas áreas de conhecimento, a saber: educação e diversidade; sociologia, psicologia e didática. Como instrumento para coleta de dados utilizamos, entrevistas semiestruturadas, as quais foram aplicadas junto aos quatro sujeitos da pesquisa. Iniciamos o estudo trazendo a contextualização histórica da educação das pessoas com deficiência, bem como as principais ferramentas de aprendizagem de estudantes com deficiência visual, público alvo da presente pesquisa. Posteriormente traçamos um breve histórico do ensino superior no Brasil, enfatizando a participação das pessoas com deficiência. A seguir explicitamos o percurso metodológico e apresentamos os dados coletados na presente pesquisa, os quais serão analisados com base no referencial teórico adotado para o estudo. Por fim apresentamos nossas impressões e conclusões acerca do estudo, destacando sua relevância e possíveis contribuições, seja para a universidade, seja para os estudantes com deficiência ou outros segmentos envolvidos com a temática.

Palavras-Chave: Pessoas com Deficiência visual, Ensino Superior, Olhares Docentes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Prancheta e Reglete	22
Figura 02 – Punção	22
Figura 03 – Máquina Datilográfica Braille	22
Figura 04 – Impressora Braille	22
Figura 05 – Soroban	22

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIA – Centro de Integração Acadêmica

CCBS – Centro de Ciências Biológicas e Saúde

CCJ – Centro de Ciências Jurídicas

CCT – Centro de Ciências Tecnológicas

CCSA – Centro de Ciências Aplicadas

CEDUC – Centro de Educação

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNEE – Política Nacional de Educação Especial

PROEAC – Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

PROFLETRAS – Profissional de Letras

PROFMAT – Profissional de Matemática

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

URJ - Universidade do Rio de Janeiro

URNE – Universidade Regional do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO ESPECIAL: BREVE HISTÓRICO E PERSPECTIVAS PARA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO REGULAR BRASILEIRO	13
1.1 A Educação das pessoas com deficiência: um breve histórico	13
1.2 A Educação das Pessoas com Deficiência Visual no Brasil	16
1.3 Conceito de Deficiência Visual	20
1.4 Recursos Didáticos utilizados pelas pessoas com Deficiência Visual ...	21
CAPÍTULO II: ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: PERSPECTIVA HISTÓRICA, FINALIDADES E PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS.	25
2.1 Perspectiva histórica do ensino Superior no Brasil	25
2.2 A pessoa com deficiência no Ensino Superior	29
CAPÍTULO III: PERCURSO METODOLOGICO DA PESQUISA	32
3.1 Metodologia	32
3.2 Caracterizando o lócus da pesquisa	33
3.3 Dados da Pesquisa em Análise	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICE.....	52

INTRODUÇÃO

A história da educação das pessoas com deficiência é marcada por um longo processo de reconhecimento e pertencimento deste grupo nas sociedades em que estavam inseridas.

Inicialmente essas pessoas viveram um intenso período de invisibilidade, violação e negação de direitos, sendo consideradas como doentes ou inúteis para a sociedade, o que resultou em práticas de extermínio, rejeição familiar e segregação. Posteriormente, com os avanços na área médica, estas pessoas passam a ser tratadas a partir de sua patologia. Muda a concepção, toda via, mantêm-se o processo de segregação, uma vez que as pessoas com deficiência eram afastados de seu convívio para serem internados em hospitais ou abrigos, sob a legação de que lá seriam maior atenção, cuidado e proteção.

O século XX, trás novas transformações, o que ocorre com o advento das discussões acerca dos direitos humanos, somada a necessidade de participação e integração das pessoas com deficiência na sociedade. Na década de 70, surgem os primeiros documentos internacionais que foram responsáveis por mudar a forma de se enxergar as pessoas com deficiências, mas é particularmente durante os anos 80 e 90, que inúmeras leis são aprovadas, a partir de organismos internacionais que elaboraram documentos norteadores para as políticas públicas.

Em nosso país a educação das pessoas com deficiência teve início no período imperial entre os anos de 1854 a 1857, quando foi criado o Imperial Instituto de Meninos Cegos na cidade do Rio de Janeiro, primeira e maior instituição da América latina, voltada ao atendimento deste segmento. Posteriormente, foram criados outros institutos, os quais recebiam pessoas cegas oriundas de diversos estados brasileiros. Até a década de 60 os poderes públicos não investiam em uma modalidade educacional que viessem a tender as necessidades educacionais das pessoas com deficiência, o que se justifica pela ausência de medidas que regulamentassem esse serviço na primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) nº 4.024/61. Já a lei nº 5.692/71, avança neste tocante na medida que traz indicativos para um tratamento especializado destinado ao estudantes com deficiência, que poderiam ser integrados as escolas regulares, desde que em classes especiais, criadas especificamente com essa finalidade.

Tal processo avança de fato após a Constituição Brasileira de 1988 e a lei 9394/96, as quais assegura as pessoas com deficiência o direito de estudar nas escolas regulares, presenciais ou à distância, junto com os demais discentes e em igualdade de condições de aprendizagem.

No início do terceiro milênio, o país assume o propósito de assegurar a participação no ensino superior a toda população brasileira para tanto são implementados programas sociais, visando conceder bolsas de estudos em faculdades privadas, como também ampliar a oferta de vagas nas universidades públicas, através da implementação de políticas de cotas para pessoas em desvantagem social, tais como estudantes da rede pública, negros e pessoas com deficiência, afim de garantir a todos acesso e permanência à educação superior. Após a implementação de tais medidas, torna-se visível o aumento da participação das pessoas com deficiência em todo os níveis de ensino, todavia sua permanência esbarra em inúmeras barreiras entre as quais destacamos a precariedade na formação docente e a ausência de critérios que definam a forma de avaliar o desempenhos escolar dos estudantes com deficiência tais fatores nos levaram a investigar os olhares, e conseqüentemente atuação pedagógicas dos professores do curso de pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, junto aos estudantes com deficiência. A opção pelo curso de pedagogia se deu, em primeiro lugar, por considerarmos que em um curso de formação de novos professores, devem-se fortalecer os olhares entorno de temáticas que reflitam a diversidade humana, contexto em que se insere o grupo social constituído pelas pessoas com deficiência.

Além disso, no decorrer do curso deparei-me ao ingressar no curso, deparei-me com algumas barreiras que me levaram a repensar o objeto de estudo para a realização deste trabalho de conclusão de curso.

“não sei por que uma professora só me percebeu depois de uma semana e fiquei tão triste que tive que falar pra ela que eu estava ali e não enxergava”

“Outra profissional colocou a prova a prova na mesa sem me falar nada, neste dia foi o fim da linha para mim e o comecei a pensar porque ainda tava naquele lugar tão desagradável”.

“fiquei indignada o dia que a professora duvidou da minha capacidade fez com que fizesse a prova, três vezes: duas com a tutora e uma com a professora, neste dia fiquei tão feliz, minha nota foi do que as outras”. O despreparo dos funcionários fez com que eu repensa-se a minha linha desde estudo trabalho de conclusão, para que alguns professores possa repensar a sua forma de avaliar seus alunos, com ou sem deficiência.

Os relatos acima são apenas uns entre tantos elementos que evidenciam as inúmeras barreiras enfrentadas por estudantes com deficiência no ensino superior, as quais procuraremos elencar ao longo deste trabalho. Para tanto no primeiro capítulo trazemos a contextualização histórica da educação das pessoas com deficiência, destacando elementos acerca da educação das pessoas com deficiência visual, público alvo da atual pesquisa. No capítulo seguintes apresentamos, por meios de elementos teóricos as principais ferramentas de aprendizagem de estudante com deficiência visual, posteriormente traçamos um breve histórico do ensino superior no Brasil, enfatizando a participação das pessoas com deficiência. A seguir explicitamos percurso metodológico e apresentamos os dados coletados na presente pesquisa, os quais serão analisados à luz do referencial teórico utilizado no decorrer do estudo. Por fim apresentamos nossas impressões e conclusões acerca do estudo destacando sua relevância e possíveis contribuições, seja para universidade, seja para os estudantes com deficiência ou outros segmentos envolvidos com a temática.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO ESPECIAL: BREVE HISTÓRICO E PERSPECTIVAS PARA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO REGULAR BRASILEIRO

Este capítulo apresenta uma contextualização histórica da educação especial, com foco nos estudantes com deficiência visual, público alvo desta pesquisa. Neste sentido, além de descrever o percurso que culmina com a proposta de inclusão destes estudantes no ensino regular brasileiro, trazemos o conceito de deficiência visual e as principais ferramentas utilizadas para sua aprendizagem em sala de aula.

1.1 - A Educação das pessoas com deficiência: um breve histórico

Inicialmente, julgamos necessário contextualizar a Educação das pessoas com deficiência desde sua origem até o momento atual. Para tanto, pesquisamos a história das pessoas com deficiência nos diversos períodos, perpassando pelo processo de exclusão destes sujeitos até chegarmos ao novo paradigma da inclusão, atualmente assegurado pela legislação nacional.

A história das pessoas com deficiência foi inicialmente marcada por um processo de total exclusão, não havendo por parte das primeiras civilizações qualquer preocupação com sua educação. Conforme, Ceccim apud Santiago:

[...] “Sabe-se que, em Esparta, crianças portadoras de deficiência física ou mental eram consideradas sub-humanas, sua eliminação e abandono estavam em consonância com os ideais atléticos, estéticos e a potência de guerreiros”. (2011, p. 85).

As civilizações Greco-romanas não estavam preocupadas com uma educação formal, mas sim com aquela que preparasse os homens para guerra, pois o que estava em cheque era a defesa do território e não a instrução de sua população. Seria então mais fácil que se descartassem os membros mais vulneráveis desta comunidade, já que não havia nenhuma prática de acolhimento a aquelas pessoas que por alguma razão, afastavam-se dos padrões estabelecidos como normas para aquelas culturas. O menosprezo e eliminação eram as atitudes mais comuns. Sobre isso, nos auxiliam Correia apud Stobäus (2004, p.15), “em Esparta, na antiga Grécia essas crianças eram abandonadas nas montanhas, em Roma foram atiradas nos rios”. Como podemos constatar, durante toda a existência humana sempre houve indivíduos com limitações físicas, sensoriais ou intelectuais, as quais foram ignoradas e tratadas com atitude de indiferença e preconceito nas mais diversas sociedades e culturas.

Na idade Média, predominava a concepção de que as pessoas com deficiência deveriam ser afastadas dos espaços regulares. Para tanto, foram criados hospitais de caridade e abrigos, com objetivo de amparar, proteger e educar estes indivíduos, o que acabava excluindo-os da convivência social. (Mazzotta, 2005, p.16). A rejeição destes indivíduos por parte da sociedade e até mesmo de sua própria família, ocorria principalmente por força de princípios religiosos doutrinados pela igreja católica, a qual concebia a deficiência como punição divina. Assim, o nascimento de indivíduos com deficiência era encarado como castigo de Deus; eles eram vistos como feiticeiros ou como bruxos. Eram seres diabólicos que deveriam ser castigados para poderem se purificar. Gurgel (2007).

Além disso, nascia aí a ideia do culto ao corpo perfeito, crença reforçada pela igreja quando afirma que o homem é imagem e semelhança de Deus. E, não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana, e tidos como culpadas de sua própria deficiência. Mazzotta (2005, p.16).

Este cenário tende a se modificar na Idade Moderna, durante o século XIX, quando surgem pesquisas na área da Medicina, com propósito de dar um novo enfoque à deficiência. Trata-se, portanto das primeiras práticas científicas, que indicariam que as pessoas com deficiência iriam vivenciar transformações significativas em suas vidas. Essas pessoas passam a ser investigadas com base no olhar patológico, o que resultou na criação diversas especialidades, havendo, portanto, um profissional especializado para cada tipo de deficiência. Apesar do avanço e de novas ideias na medicina sobre as deficiências, mantinha-se o processo de segregação, uma vez que estes indivíduos ainda eram retirados de suas famílias ou comunidade de origem e colocados em instituições hospitalares que geralmente eram (conventos, albergues ou asilos) para que tivessem proteção, cuidado e tratamento médico. Segundo Aranha (2001), tais instituições eram vistas como ambientes segregados, denominados Instituições Totais. A nosso ver, o nascimento de tais instituições constituíram o primeiro paradigma formal adotado na caracterização da relação sociedade e deficiência: o Paradigma da Institucionalização.

Como dissemos anteriormente, é durante a Idade Moderna precisamente a partir da Revolução Industrial iniciada no Século XVIII, que surgem novas ideias e transformações na sociedade. Percebe-se agora uma grande mudança em favor dos indivíduos com deficiência. Surge uma atenção especializada que vai além do tratamento oferecido nos hospitais e abrigos. Nesta época, criaram-se as primeiras

escolas especializadas para (cegos e surdos), para os quais a educação reduzia-se a uma simples instrução básica, destacando-se o trabalho manual para o treinamento industrial. Segundo Mazzotta (2005, p.17), foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais.

No Século XX emergem novos paradigmas em relação à educação das pessoas com deficiência. É durante as primeiras décadas deste século, que desencadeia-se um processo de conscientização acerca dos direitos humanos (NAÇÕES UNIDAS, 1948) e da necessidade da participação e integração das pessoas com deficiência na sociedade. Esta passa a organizar-se de forma coletiva. E para melhor atender a pessoa com deficiência, cria, desde ajudas técnicas de aperfeiçoamento da mobilidade, a sistema de ensino para surdos e cegos. A preocupação com outras deficiências surge precisamente por volta da década de 50.

É na década de 60 que o paradigma da institucionalização começa a ser examinado e criticado, iniciando-se o movimento pela desinstitucionalização, baseados na ideologia da normalização, como uma nova tentativa para integrar a pessoa com deficiência na sociedade. A principal mudança durante este período deu-se em relação à concepção de pessoa com deficiência. Neste sentido apesar de persistir a visão assistencial e caritativa, tais pessoas pela primeira vez ao longo de sua história, são concebidas como cidadãos. Surgem então na década de 1970, os primeiros documentos internacionais que foram responsáveis por mudar a forma de se enxergar as pessoas com deficiência. Nos referimos à Declaração dos Direitos dos Deficientes Mentais em 1971 e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes em 1975), ambas proclamadas pela Assembleia-Geral das Nações Unidas. Contudo é somente graças a luta desencadeada pelo próprio movimento das pessoas com deficiência a partir da década de 80, que se verificou a implementação de um conjunto de políticas públicas, a partir das quais inúmeras leis são aprovadas. Tais leis resultam ainda de recomendações de organismos internacionais, que elaboraram documentos norteadores para as políticas públicas em prol da inclusão das pessoas com deficiência em todo mundo. Neste sentido a Organização das Nações Unidas (ONU), declarou o ano de 1981, como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes e o período 1983-1992 como a década das Pessoas Portadoras de Deficiência, o que impulsionou os países membro a promover diversas ações que garantissem igualdade de oportunidade a essas pessoas.

No Brasil estas ações se consolidaram a partir da primeira Constituição cidadã. Promulgada em 1988 essa constituição contempla os anseios dos diversos grupos vulneráveis da sociedade brasileira. Às pessoas com deficiência são assegurados os seguintes princípios:

- Proteção e assistência pública a saúde Art. 23;
- Integração social. Art. 24;
- Percentual de vagas e empregos públicos Art. 37;
- Critérios para aposentadoria especial. Arts. 40 e 201;
- Assistência, seguridade e reabilitação social Art. 203;
- Atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. Art. 208;
- Programas de prevenção e integração social para crianças e adolescentes. Art. 227.

Na década de 90, tais princípios, em particularmente o princípio da educação para todos são reforçados pela conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida na cidade de Jomtien na Tailândia em 1990 e na Declaração sobre os Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, promulgada em 1994 na cidade de Salamanca na Espanha.

Como vimos até aqui, a educação das pessoas com deficiência foi uma conquista que se deu progressivamente no decorrer da história, e somente tomou força legal no final do século passado, o que indica que a estas pessoas permaneceram por anos a fio afastadas da convivência em sociedade.

A partir do marco legal acima descrito, novas perspectivas se abrem para as pessoas com deficiência, o que resulta na possibilidade de maior participação destes indivíduo não apenas na escola, mas nos diversos espaços regulares da sociedade.

Para as pessoas com deficiência visual, o percurso foi semelhante ao vivenciado pelos demais grupos de pessoas com deficiência conforme tratamos a seguir.

1.2 A Educação das Pessoas com Deficiência Visual no Brasil

Nesta seção apresentamos as diversas iniciativas que, desde o império aos dias atuais, favoreceram a inclusão escolar e social das pessoas com deficiência visual.

A primeira preocupação do governo brasileiro com a educação das pessoas com deficiência deu-se ainda no período imperial entre os anos de 1854 a 1857, quando foram criadas as primeiras instituições para cegos e surdos.

A educação das pessoas com deficiência visual, primeiro grupo que no Brasil foi beneficiário de ações institucionais por parte do governo, teve início em 1854, quando D. Pedro II, baixou o decreto nº 1.428 criando o Imperial Instituto de Meninos Cegos na

cidade do Rio de Janeiro. Com a república muda-se o nome de Imperial Instituto de Meninos Cegos para Instituto Benjamim Constant, sendo a única instituição de ensino para educação das pessoas com deficiência visual no Brasil até 1926, a qual ainda hoje encontra-se em funcionamento, sendo considerada instituição de referência na América latina.

Posteriormente, foram criados o Instituto São Rafael em Belo Horizonte e o Instituto Padre Chico em São Paulo, os quais recebiam pessoas cegas oriundas de diversos estados brasileiros. Ainda em São Paulo, é criada, em 1946 A Fundação Para O Livro do Cego no Brasil, atualmente denominada Fundação Dorina Nowill para Cegos. Graças às ações de Dorina Nowill, primeira professora cega diplomada no país, ampliam-se os direitos para as pessoas com deficiência visual, uma vez que é oficializado em 1946 através do decreto Lei nº 16.392, o primeiro curso de especialização de professores na área da deficiência visual e em 1950, instala-se a primeira classe de braile em regime experimental nas escolas comuns. Segundo BARBOSA, (2006, p. 25) “a partir de meados dos anos 50, os recursos da educação especial são expandidos, mas ainda dentro de uma perspectiva segregacionista”. Tal fato indica que, até aquele momento, não se dava muita importância para essa modalidade educacional, haja vista a ausência de medidas que regulamentassem esse serviço na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4.024/61, na qual a escolarização de estudantes com deficiência é tratada de forma superficial. Sobre esta questão a Lei afirma que “a educação de excepcionais deve, no que for possível enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. Já a Lei 5.692/71, avança neste tocante na medida em que traz em seu texto indicativo para um tratamento especializado destinado ao estudante com deficiência, a ser regulamentado pelos Conselhos locais de Educação, o que vai se expandindo ano após ano no território nacional.

A década de 80 constitui um divisor de águas no que diz respeito à educação e a inserção das pessoas com deficiência na vida em sociedade. Neste sentido, a partir do ano de 1981, instituído pela ONU como ano internacional das pessoas deficientes, pela primeira vez utiliza-se a expressão equiparação de oportunidades (Nações Unidas, 1981), sinalizando com isso que às pessoas com deficiência devem ser oferecida igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Inspiradas pelo AIPD, milhares de pessoas com deficiência ao redor do mundo se deram conta de que eram cidadãos plenos de direitos e se sentiram estimuladas a mobilizar seus pares para mudar a realidade injusta em que viviam. (30 anos do AIPD, p.12).

Pode-se, por tanto, afirmar que:

A partir das discussões suscitadas pelo AIPD, a deficiência deixou de ser considerada uma tragédia pessoal e passou a ser compreendida como uma condição que existe numa relação entre o meio ambiente e as pessoas deficientes, cabendo à sociedade eliminar todas as barreiras culturais, físicas ou sociais que impedem o acesso das pessoas com deficiência aos diversos sistemas que se encontram à disposição dos demais cidadãos. (30 anos do AIPD, p.14).

Ainda nesta década observa-se que a instauração de um poder democrático suscita a implementação de políticas públicas capazes de assegurar o cumprimento dos direitos humanos aos grupos minoritários. Neste sentido a constituição de 1988, em seu artigo 205 expressa que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É ainda neste documento que no Brasil, pela primeira vez se fala em um atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência.

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Outro avanço significativo nesta área é a implementação da Lei 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência em vista de sua integração social. Dispõe ainda sobre a criação da então Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, atualmente denominada Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Em seu Art. 2º, essa Lei assegura às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos. Particularmente no que diz respeito à educação ficam asseguradas, entre outras, as seguintes medidas:

- a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação

profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprio;

- a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo (BRASIL, 1989).

Na década posterior, tais princípios são reforçados por meio da Declaração Mundial de Educação Para Todos (Jomtien 1990) e pela Declaração sobre os Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (Salamanca 1994), sobre as quais nos referimos anteriormente. Tais documentos motivaram a reorganização do sistema educacional brasileiro, tendo como consequência a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, a qual nos artigos 58, 59 e 60 assegura as pessoas com deficiência o direito de estudar nas escolas regulares, presenciais ou à distância, junto com os demais discentes em igualdade de condições de aprendizagem (BRASIL, 1996). Em 1998 são instituídos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nos quais, no que diz respeito à escolarização de estudantes com deficiência visual, estão contidos os seguintes princípios:

- material didático e de avaliação em tipo ampliado para os alunos com baixa visão em Braille e relevo para os cegos (tamanho das letras, relevo, softwares educativos em tipo ampliado, textura modificada etc.; máquina Braille, reglete, sorobã, bengala longa, livro falado etc.;
- organização espacial para facilitar a mobilidade e evitar acidentes: colocação e extintores de incêndio em posição mais alta, pistas olfativas para orientar na localização de ambientes, espaço entre as carteiras para facilitar o deslocamento, corrimão nas escadas etc.;
- materiais de ensino-aprendizagem de uso comum: pranchas ou presilhas para não deslizar o papel, lupas, computador com sintetizador de vozes e periféricos adaptados e apoio físico, verbal e instrucional para viabilizar a orientação e mobilidade, visando à locomoção independente do aluno. (BRASIL, 1998).

Como consequência do marco legal acima apresentado, é implementada no ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, a qual assegura:

A inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da

educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008 p.14).

Este documento é regulamentado pelos decretos 6561/ 2008 e 7611/ 2011, os quais dispõem sobre o atendimento educacional especializado (AEE), às pessoas com deficiência, realizado preferencialmente nas escolas regulares em salas de recurso multifuncionais, espaço apropriado para este fim.

Pelo que vimos a forma de convivência e relação entre as pessoas com deficiência e a sociedade avançou significativamente, particularmente a partir dos anos 80 e 90, por força de um consistente aparato legal conquistado principalmente pela mobilização das próprias pessoas com deficiência e de suas famílias. Além destas intensas mobilizações ocorre grande interesse acadêmico pela área, despertando a atenção de inúmeros pesquisadores, que passam a desenvolver estudos no propósito de fortalecer o processo emancipatório destes indivíduos. Desta forma, se as pessoas com deficiência eram antigamente rotuladas como incapazes agora são reconhecidas como sujeitos de direitos e com potencial que lhes permite aprender e interagir com a sociedade.

Particularmente no que diz respeito aos estudantes com deficiência visual, listamos a seguir ferramentas importantes que, de forma simples ou sofisticada garantem autonomia, seja na escolarização seja na inclusão social destes indivíduos.

1.3 Conceito de Deficiência Visual

Antes de elencarmos as principais ferramentas e recursos utilizado no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência visual, consideramos importante apresentar o conceito de deficiência visual, com foco nas abordagens educacionais. Optamos por essa abordagem em primeiro lugar, por considerarmos que respondem as necessidades do presente estudo. Além disso, entendemos que ao professor que se propõe a adotar práticas educacionais inclusivas, torna-se necessária a compreensão deste conceito, o que lhe permitirá intervir com maior segurança na educação destes sujeitos em sala de aula.

O termo visão se origina do vocábulo latino *Visio*, que faz referência ao sentido que permite detectar a luz e interpretá-la, o que oportunizaria aos seres humano a percepção do mundo e de tudo aquilo que os rodeia. Uma vez que vivemos em uma sociedade eminentemente visual, na qual fatos, objetos, formas e cores, perpassam a visão. A visão, portanto, ocupa uma posição proeminente com relação aos outros sentidos, permitindo a percepção e integração de formas, contornos, tamanhos, cores e

imagens que estruturam a composição de um ambiente, ou seja, ela é o elo que integra os outros sentidos. SANTOS (2012, p.31).

Sendo assim, os estímulos visuais são relevantes para o desenvolvimento de cada pessoa. Entretanto, o nível de acuidade visual pode variar, quando isso ocorre determina-se dois tipos de deficiência, à cegueira e a baixa visão ou visão subnormal. A primeira trata-se da perda total da visão ou da pouca capacidade de enxergar. Sob o enfoque educacional identificamos que a cegueira representa a perda total ou o resíduo mínimo da visão que leva o indivíduo a necessitar do método Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação (BRASIL, 1999, p.26-27). Já a segunda está caracterizada pelo comprometimento do funcionamento da visão mesmo após ter passado por algum tratamento ou correção. De acordo com as abordagens educacionais, a baixa visão consiste na existência de resíduo visual que permite ao educando ler impressos a tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais. (BRASIL, 1999, p. 26-27). Para tentar amenizar tais problemas há utilização de lentes de aumento, lupas, bem como o auxílio de bengalas, são essenciais para mobilidade e convivência destes indivíduos em sociedade.

1.4 Recursos Didáticos Utilizados Pelas Pessoas com Deficiência Visual

A partir dos conceitos descritos na seção anterior, consideramos importante destacar alguns elementos que, desde a educação básica ao ensino superior, poderão favorecer a comunicação e aprendizagem de estudantes com deficiência visual, proporcionando-lhes uma gama maior de informações, o que, conseqüentemente, lhes trará maior autonomia, seja em sala de aula, seja na realização de atividades de vida diária. A mais antiga dentre estas ferramentas é o sistema Braille. Trata-se de um sistema tátil de leitura e escrita, que há mais ou menos 200 anos possibilita às pessoas cegas o contato com textos e livros impressos em diversos idiomas. Criado em 1824 pelo francês Louis Braille este sistema

Baseia-se em uma matriz ou símbolo gerador, a cela Braille é constituída por seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas verticais, com três pontos à direita (1, 2 e 3) e três à esquerda (ponto 4,5 e 6) ordenados de cima para baixo. A disposição dos pontos na cela gera uma variedade de configurações específicas para representar o alfabeto e a grafia Braille aplicada a todas as áreas do conhecimento. (DOMINGUES apud Santos, 2012, p.25).

É importante salientar que na leitura tátil o elemento fundamental é o uso das mãos, bem como a habilidade na identificação da posição dos pontos para o reconhecimento e diferenciação da grafia, o que possibilitará a compreensão e o uso correto das letras. Já para escrita podem ser utilizados desde instrumentos mais simples como reglete¹ e punção² até a máquina de datilografia³ e a impressora Braille⁴

Figura 1 – Prancheta e Reglete



Fonte: abcdidática

Figura 2 – Punção



Fonte: bengalabranca

Figura 3 – Máquina de datilografia



Fonte: Bengalabranca

Figura 4 – Impressora Braille



Fonte: Blog acessopcd

¹ Corresponde a uma régua dupla, que abre e fecha com apoio de dobradiças no canto esquerdo, e em cuja abertura é destinada ao papel (com uma gramatura equivalente ou superior a 120, sendo fixado entre a régua superior e a inferior. Na régua superior, encontramos retângulos vazados, cada um compreendendo 6 pontos, na disposição de uma “cela” Braille e na inferior, podemos encontrar várias “celas” Braille todas em baixo relevo.

² instrumento furador com uma base de apoio e uma ponteira metálica, será colocado dentro de cada janela, e uma a uma pressiona-se os pontos desejados para cada letra

³ um importante recurso utilizado pelas pessoas com deficiência visual no processo de aprendizagem da escrita Braille, quando não havia uma grande mercantilização de computadores e de programas apropriados para assegurar suas necessidades.

⁴ Permite a impressão de vários conteúdos de livros e bulas de remédios como os acessados no computador pelas pessoas com deficiência visual, como também o que escrevem em seu estudos.

A nosso ver, é importante resaltar a relevância deste método na vida e na interação social das pessoas cegas, tendo em vista que após sua criação estas pessoas passaram a estudar, trabalhar e comunicar-se umas com as outras com total e plena autonomia, o que antes não se imaginava ser possível.

Para a realização de cálculos matemáticos atualmente as pessoas cegas fazem uso do soroban

Este instrumento foi aprimorado para ser utilizado por alunos cegos; neste caso, ele é adaptado, mas possui a mesma estrutura e funcionamento do Soroban moderno usado por videntes. A diferença principal é que ele possui um dispositivo para fixar as contas em determinada posição, pois a leitura dos valores é feita pelo tato e as contas não podem deslizar livremente como no Soroban convencional. (PEIXOTO, 2010, p.22).

O advento das novas tecnologias proporciona outros meios de aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem das pessoas com deficiência visual, trazendo para essas a autonomia no acesso às informações, como também eliminando as barreiras e garantindo a acessibilidade na comunicação com as demais pessoas. Tal fato se deve à criação de softwares com sintetizadores de voz, visando tornar estas pessoas mais autônomas. Dentre estes softwares merecem destaque:

- **SISTEMA DOSVOX** – sistema desenvolvido para computadores que se comunica por uma síntese de voz. Trata-se de uma gravação da voz humana, o uso é simples, pois estabelece elo entre os programas já instalados no computador e interage com outros aplicativos direcionados para os deficientes visuais. (Link-intervox. nce.ufrj.br).
- **JAWS** – é considerado um dos leitores de tela mais completo e avançado do mundo, possui vários recursos e é compatível com sistema operacional Windows (95, 98, ME, NT, 2000, XP, 7 e 2010). (Link-styx. nied.unicamp.br).
- **NVDA (Acesso Não visual ao Ambiente de trabalho)** - trata-se de um leitor de tela livre para o sistema Windows, foi criado em 2006 por um estudante com deficiência visual da Austrália, que estudava computação. Foi pensando nas suas dificuldades de outros estudantes, que este jovem dedicou-se em criar um leitor que fosse:

- Gratuito, com o fim de facilitar a disponibilidade e o acesso de qualquer pessoa aos mesmos sistemas dos demais leitores de tela sem custos adicionais e exorbitantes;
- Deve ser licenciado de modo a que qualquer pessoa do mundo possa contribuir para a melhoria e aperfeiçoamento deste;
- Devendo sempre permanecer aberto a novas ideias, sugestões e experimentos provindos de todas as partes do mundo, a fim de não limitar-se ao que já foi tentado nos produtos comerciais similares;
- Segue um "design" de fácil entendimento para programadores iniciantes, que permita melhorar e implementar mais recursos e portar o programa para outros dispositivos e sistemas proprietários, quando for o caso. (link – acessibilidadelegal.com)

Pelo que vimos neste capítulo, à vida e as relações das pessoas com deficiência na sociedade mudaram de forma significativa no decorrer da história. De indivíduos excluídos, tais pessoas passam a condição de sujeitos de direito com plenas possibilidades de inserção e participação nos mais diversos espaços em igualdade de condições com as demais pessoas. Tal processo, que já se configura como garantia legal, foi resultado de intensas mobilizações promovidas pelas próprias pessoas com deficiência particularmente a partir da década de 80, resultando em avanços significativos que, como já afirmamos, mudaram definitivamente a vida e as formas de relação deste indivíduos com sociedade.

CAPÍTULO II

ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: PERSPECTIVA HISTÓRICA, FINALIDADES E PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Neste capítulo apresentamos uma breve perspectiva histórica do ensino superior no Brasil, desde o início de sua colonização aos dias atuais. Apresentamos ainda as finalidades desta etapa de ensino, de acordo com a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Por fim discorreremos sobre a participação das pessoas com deficiência no ensino superior como elemento essencial para sua inserção no mercado de trabalho.

2.1 Perspectiva Histórica do Ensino Superior no Brasil

No período colonial a educação brasileira possuía características elitistas, favorecendo apenas os filhos dos grandes senhores de terra que os enviavam para Europa em particular para Lisboa, afim de que completassem seus estudos. Naquela época o Reino Português não estava interessado em desenvolver nenhum tipo de instituição que favorecesse sejam os nativos, sejam os portugueses enviados para o Brasil. O intuito era apenas o de retirar do país o maior número de riquezas para consolidar seu poder na corrida expansionista, a falta de instrução do povo seria um fator primordial para a dominação.

A questão da efetivação da educação em nosso país, somente começou a ganhar corpo com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, devido às ameaças de invasão Napoleônicas. Esse processo resultou tanto em transformações na colônia, quanto na abertura dos portos brasileiros para o mercado exterior, o que acabou favorecendo as primeiras iniciativas para o ensino superior, o que se fez com a finalidade de formar um quadro de profissionais. Mas a efetivação tanto da educação no geral, quanto particularmente do ensino superior somente se concretizou durante o império, quando foi outorgada a primeira Constituição Brasileira em 1824, que em seu artigo 179, garantia:

A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império:

XXXII. A Instrução primária e gratuita a todos os Cidadãos;

XXXIII. Colégios e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das ciências, Belas Letras e Artes. (BRASIL, 1824).

Para se cumprir esta garantia legal, fez-se necessário a implementação em 15 de outubro de 1827 da primeira Lei de Instrução Pública Nacional do Império do Brasil, a qual estabelece a criação das escolas de primeiras letras, nas vilas e lugares mais populosos, além de escolas de ensino mútuo nas capitais das províncias. A aplicação desta lei apresentava dificuldades na sua implementação, pois esbarrava nas questões de distância entre as cidades, o que ocasionava uma escolarização precária e elementar, devido tanto à falta de escolas, quanto de professores.

Em vista da melhoria do ensino que passava por sérias dificuldades, dificuldades estas que iam desde a má qualificação dos professores até os baixos salários, péssimas instalações educacionais e um método de ensino pouco eficazes, institui-se em 1834 o Ato Adicional nº 16, o qual incorpora-se a Constituição de 1824 e estabelece normas para descentralização do ensino de segundo grau. Contudo, tais medidas não contemplam as faculdades de medicina, os cursos jurídicos e as academias que já existiam na época. Com esse ato é instituído um novo padrão discriminatório: o do gênero, uma vez que às mulheres é ofertada a escola normal, a qual seria a responsável pela formação de professoras para ensino primário. Aos homens, por sua vez, era oferecido o título de bacharel obtido no Colégio Pedro II.

Como vimos até a década 40, o modelo educacional brasileiro apresenta uma perspectiva dualista. Por um lado era oferecida instrução para homens ricos (Academias e Escolas Superiores) com vistas ao exercício de cargos públicos. Aos pobres e às mulheres, por sua vez reservava-se (ensino vocacional e o ofício).

As primeiras universidades foram criadas durante os anos de 1920 a 1930, destacando-se neste período a criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ) em 1920, através do decreto 14.343, durante o governo de Epiácio Pessoa. Em 1925 foi aprovada a Lei Rocha Vaz, referente à reforma universitária. Através do decreto 16.782, criam-se as Universidades em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e no Rio grande do Sul. E em 1934 a Universidade de São Paulo. Ainda durante os anos 30, o governo Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde em 1934, o qual institui o conselho nacional de educação responsável por estabelecer normas para a educação primária, secundária, superior e técnico-profissional. Nesta época, já se configura como garantia legal, o fato de que a educação é um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos (BRASIL, 1934). A partir de então, passa a ser de competência dos poderes públicos a oferta, incentivo e expansão da educação e cultura em todo o território nacional (art. 148), cabendo a União o papel de implementar,

coordenar e fiscalizar a execução do Plano Nacional de Educação, como também de reconhecer e fiscalizar as instituições, inclusive as de ensino superior (Art. 150).

A partir do reconhecimento da educação como direito e dever do Estado, desencadeou-se um processo em favor da elaboração de uma lei que ratificasse este direito. Para a efetivação desta lei foi necessário um tempo bastante razoável, prolongando-se do ano de 1948, época em que se verificaram as primeiras discussões em torno de sua criação, até sua efetivação em 1961. Quanto aos objetivos do ensino superior, fica estabelecido no artigo 66 da referida lei: a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário. (BRASIL, 1961). Ainda nesta lei são estabelecidas dentre outras, as seguintes determinações, visando a organização do ensino superior no Brasil: Instituições em regimes de cooperação para oferta do ensino superior (Art. 67), reconhecimento e validação dos diplomas de ensino superior em todo território nacional (Art. 68), cursos, duração, currículos e requisitos possíveis de serem ofertados em nível superior (Art. 69-73).

Esta lei teve uma curta duração devido tanto a ausências de respostas aos problemas fundamentais da educação, quanto ao cenário político brasileiro que viveu o golpe militar. Ao tomar o poder em 1964, os militares fizeram uma série de reformas e imposições de cunho político, favorecendo a implementação do Ato institucional nº 5, do qual resultou a Lei 5.540/68 a qual dispõe sobre a reforma do ensino superior no Brasil. Esta lei tinha as seguintes características:

Art. 1º O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 2º O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.

Art. 3º As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos. (BRASIL, 1968).

A partir da década de 70, tem início o processo de reforma e expansão do ensino, o que levou os militares em 1971, a criarem a segunda LDB sob a Lei 5.692/71, a qual trata da ampliação da educação básica e média de 4 para 8 anos, o que acaba favorecendo a implementação do ensino médio e profissionalizante, bem como a ampliação do ensino superior privado. A vigência desta lei durou cerca de vinte cinco anos e na década de 90 a mesma já se encontrava ultrapassada, devido ao fato de o país

estar vivendo um período democrático, o qual não mais se compatibilizava com os regimes ditatoriais.

Até a década de 80, não havia por parte dos poderes públicos, ações efetivas no sentido de garantir aos brasileiros oriundos das classes trabalhadoras, menos ainda a pessoas com algum tipo de deficiência, possibilidades de ingresso no ensino superior. Mudanças neste cenário somente foram possíveis com a Constituição Federal de 1988, a qual assegura o direito à educação a todos os cidadãos indistintamente responsabilizando família e Estado pelo cumprimento do referido direito. Na década de 90, instituiu-se a lei 9394/96. Trata-se da terceira LDB, ainda em vigor, a qual reformula e expande o ensino no Brasil, garantindo educação especial, bem como acesso ao ensino superior a todos os estudantes público alvo esta modalidade de ensino: alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Como vimos até aqui, o ensino superior no Brasil conservou caráter elitista, privilegiando homens, pessoas com elevado poder aquisitivo e sem qualquer tipo de deficiência. Aos grupos em condições de desvantagem social somente foi possível vislumbrar esse acesso após a Constituição de 1988, a qual suscitou a implementação de políticas visando a universalização do ensino superior no Brasil.

A lei 9394/96 que atualmente rege a educação nacional, em seu artigo 43 estabelece, dentre outras, as seguintes finalidades para o ensino superior:

- I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive (BRASIL, 1996).

Estimular a existência de profissionais críticos e reflexivos, capazes de atuar eficazmente nos seus respectivos espaços laborais, contribuindo para o desenvolvimento nacional e compreendendo os fenômenos e acontecimentos do meio em que estão inseridos, constituem a nossa ver demandas emergentes no ensino superior brasileiro.

Diante da nova realidade porque passa a sociedade brasileira nas últimas duas décadas, onde a procura por níveis mais elevados de ensino tornou-se uma meta para

todos os cidadãos constatamos que as pessoas com deficiência também buscam atingir este ideal. Conforme discutiremos na seção seguinte.

2.2 A Pessoa com Deficiência no Ensino Superior

No propósito de assegurar a participação no ensino superior a toda população brasileira, são implementados programas sociais a exemplo do programa Universidade para todos (Pro uni), criado em 2004, através da Lei 11.096/05, o qual concede bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específicas em instituições privadas de educação superior. Além disso, ocorre ampliação de vagas nas universidades públicas, através da instituição de políticas de cotas para alunos oriundos da rede pública e para pessoas com deficiência, afim de que todos tenham acesso à educação superior.

Com tudo, de acordo com Fernandes e Almeida apud ZAMPAR (2013, p. 154): a inclusão do estudante com deficiência no ensino superior vai muito além de facilitar o seu ingresso por meio de políticas de reservas de vagas. A universidade deve criar condições para que o estudante seja integrado ao ambiente universitário de modo a promover não apenas sucesso acadêmico, mas também o desenvolvimento psicossocial do estudante. (p. 154).

Compreendemos, portanto, que a Educação Inclusiva foi pensada como forma de unir a diversidade estudantil, ampliando à participação de todos no ensino regular. É preciso, todavia, conhecer as singularidades de cada um dos sujeitos, buscando atender suas necessidades educativas especiais, o que será possível por meio de uma sólida formação docente que garanta a execução de práticas pedagógicas dinâmicas e eficazes. Contudo, SÁ apud SALVADOR (2006, p.13): afirmam que a educação inclusiva é polêmica por que desencadeia diversas e diferentes opiniões sobre como deve ser pensada e praticada. E contraditória porque nos discursos acerca do processo educacional inclusivo ainda há uma grande teia de incoerências e um fosso entre o que se pensa, diz e faz.

O debate em torno da educação inclusiva ganhou maior visibilidade após a realização da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais (NEE), realizada na cidade de Salamanca em 1994. De lá pra cá muito se fez, mas há ainda muito o que se fazer. É notável o aumento da participação das pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino, mas sua permanência, seja na escola seja na universidade,

esbarra em inúmeros desafios dentre os quais destacamos a formação de professores e a forma de avaliação do rendimento escolar destes estudantes.

Visando minimizar tais desafios e solidificar ações que possibilitem a inclusão destes estudantes, o governo federal instituiu, no ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) na perspectiva da educação inclusiva. Particularmente no universo do ensino superior promoveu-se uma série de ações visando garantir o acesso, a permanência e a participação dos estudantes com deficiência nas universidades, bem como o planejamento de recursos, acessibilidade, materiais pedagógicos, os quais devem ser disponibilizados desde o processo seletivo passando pelo ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 2008).

Em nível nacional, o censo da Educação Superior – MEC/INEP registrou um aumento das matrículas de estudantes com deficiência que passaram de 5.078 em 2003 para 23.250 em 2011, indicando um crescimento de 358%. Apesar do grande avanço nas políticas inclusivas, as pessoas com deficiência em particular aquela com deficiência a visual, ainda deparam-se com barreiras que geram extremas dificuldades, seja para o acesso, seja para permanência na universidade, o que as impedem de prosseguirem em seus estudos. Insuficiência de recursos financeiros e tecnológicos; limitação de recursos humanos; falta de adaptação que permita acessibilidade; precarização dos métodos de ensino e falta de políticas estudantis para estes alunos, constituem desafios a serem enfrentados pelo sistema universitário brasileiro.

Visando minorar tais desafios, propõe-se às universidades do país, desde o ano 2005, a adesão ao Programa Incluir, cuja principal finalidade é fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas (Ifes), os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. (BRASIL, 2005).

Além disso, em 2011 é lançado o Programa Nacional Viver Sem Limites (BRASIL, 2011), o qual reúne ações Intersetoriais, articuladas por diversos ministérios, com a finalidade de favorecer a melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiência, seja na saúde, habitação, transporte, cultura, lazer, acesso a tecnologia e educação. Uma vez articulados, Programa Incluir e Programa Nacional Viver Sem Limites, somam esforços visando consolidar o processo de inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior. Neste sentido, [...] Os núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos

na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas. "Para adesão ao programa, são recebidas propostas de universidades do Brasil inteiro, mas somente as que atendem às exigências do programa são selecionadas para receber o apoio financeiro do MEC". (BRASIL, 2005).

Pelo que vimos a Constituição Brasileira de 1988, abriu caminhos para inclusão dos grupos socialmente vulneráveis dos quais fazem parte as pessoas com deficiência. Tais pessoas passam, progressivamente, a serem inseridas nas escolas regulares e apesar das inúmeras barreiras existentes insere-se também, ainda que em proporções mínimas no ensino superior, fato que é decisivo para sua afirmação, seja enquanto pessoa seja enquanto profissional ativo no mercado de trabalho. Desta forma, compreende-se a relevância do ingresso de uma pessoa com deficiência ao ensino superior, na medida em que lhe são abertas novas perspectivas, inclusive a possibilidade de participação ativa e pró-ativa nos diversos espaços da sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

CAPÍTULO III

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo descrevemos os caminhos percorridos no decorrer do presente estudo, apresentando objetivos, lócus, população, como também considerações acerca do método utilizado para pesquisa. Por fim, apresentamos os dados coletados na pesquisa os quais serão analisados com base no referencial teórico utilizado para construção do estudo.

3.1 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo e, de acordo com Minayo a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, com valores, crenças, o que corresponde a um espaço dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalidade de variáveis” (1999, p.22). Esta abordagem metodológica foi determinante para clarificar o problema que motivou a realização da pesquisa, o qual se refere ao olhar dos docentes em relação ao como lidar com estudantes com deficiência visual no espaço acadêmico.

O objetivo desta pesquisa consiste, portanto, em identificar olhares e práticas docentes adotadas em diversas disciplinas do curso de pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O lócus no qual se deu a realização da presente pesquisa foi o Centro de Educação (CEDUC), da referida instituição.

A população a ser investigada foi constituída pelos professores do curso de pedagogia da referida universidade, o qual atualmente compõem-se de 54 docentes. Para amostra recorreremos a quatro professores do departamento acima mencionado, os quais atuam em distintas áreas de conhecimento. Assim, no propósito de obter um olhar mais alargado em relação ao tema da pesquisa por parte dos docentes que integram o departamento, optamos por compor a mostra da seguinte forma: Sujeito A (área de educação e diversidade); Sujeito B (área de sociologia); Sujeito C (área de psicologia) e Sujeito D (área de didática).

Como instrumentos para coleta de dados utilizamos entrevistas semiestruturadas (ver roteiro em anexo), as quais foram aplicadas junto aos quatro sujeitos da pesquisa. Optamos pelo uso de entrevistas por considerarmos como sendo, “a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento,

o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores”. (RIBEIRO, 2008 p.141).

A seguir apresentamos informações acerca da Universidade Estadual da Paraíba, lócus da presente pesquisa. Consideramos relevante o olhar para o espaço onde se realizou o estudo, tendo em vista que esse olhar nós oferece elementos que auxiliam nossa compreensão em relação aos dados obtidos.

3.2 – Caracterizando o lócus da pesquisa

A Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, foi criada através da Lei nº 23 de 15 de março de 1966, como Universidade Regional do Nordeste – URNe, funcionando inicialmente como uma autarquia municipal de Campina Grande. Em 11 de outubro de 1987, o governo de Tarcísio Burity, sancionou a Lei 4.977 que a estadualizou.

Passados quarenta e oito anos de existência, a UEPB conta atualmente com oito campus, distribuídos nas respectivas cidades: Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, João Pessoa, Monteiro, Patos e Araruna, tendo como sede no município de Campina Grande, onde estão situados os prédios da Administração Central: Reitoria, Pró-reitoria e Coordenações, bem como os cinco centros (Centro de Ciências Biológicas da Saúde CCBS), Centro de Ciências Tecnológicas (CCT), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e Centro de Educação (CEDUC).

Em meados do ano de 2012, os estudantes, professores e funcionários, tanto dos (CCSA) quando (CEDUC) passaram a conviver em um único local, no Centro de Integração Acadêmica (CIA), localizado no bairro de Bodocongó, junto à reitoria e aos outros centros acadêmicos exceto o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), que possui prédio próprio.

Atualmente a universidade oferece 46 cursos de graduação, destes 25 são na cidade de Campina Grande. Oferece ainda, com aprovação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) dezesseis cursos de pós-graduação, além de mestrados nas áreas de: Letras (PROFLETRAS); Profissional em Matemática/PROFMAT; Literatura e Interculturalidade; Ciência e Tecnologia Ambiental; Ensino de Ciências e Matemática; Relações Internacionais; Enfermagem; Desenvolvimento Regional; Ciências Agrárias; Ecologia e Conservação; Odontologia; Ciências Farmacêuticas; Formação de Professores; Saúde Pública e Serviço Social;

Ciência e Tecnologia em Saúde; Etnobiologia e Conservação da Natureza. O departamento de educação, no qual se realizou o presente estudo conta atualmente com 54 docentes, sendo 44 efetivos e 10 substitutos. Destes apenas um possui formação específica na área de educação especial, o que a nosso ver gera algumas lacunas na formação dos estudantes de pedagogia e das demais licenciaturas, que nem sempre obtém formação adequada para atuação na área da deficiência.

Quando observamos o cenário do compartimento da Borborema, região paraibana onde está situada a UEPB, notamos uma busca constante por parte das pessoas com deficiência pelo acesso a universidade, exigindo desta a criação de uma política de apoio estudantil para tornar a vida destas pessoas mais acessível.

As primeiras experiências de inclusão na UEPB surgiram por volta do ano de 2001 por iniciativa do curso de Serviço Social através do projeto de Monitoria Especial. E em 2005 devido ao grande número de pessoas matriculadas, este passa a ser coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC) que o transforma em programa, a través da Resolução/UEPB/Consepe/013/2006, aprovada em 07 de julho de 2006. O Programa de Tutoria Especial tem como objetivos oferecer assistência pedagógica para os alunos com os mais diversos tipos de deficiência e como meta implementar na universidade o processo de educação inclusiva. Para tanto, além do trabalho junto aos estudantes com deficiência, o programa fornece bolsas aos tutores além de enriquecer seu processo de formação acadêmica, proporcionando-lhes experiências específicas na área da educação inclusiva.

Hoje, os alunos com deficiência matriculados na UEPB contam com o Núcleo de Educação Especial, sala que funciona na Central de Aulas, oferecendo-lhes livros e impressora Braille, computadores com softwares apropriados e profissionais habilitados para converter textos em formatos acessíveis. Para a realização das provas do vestibular 2014, a universidade lança mão de mais uma iniciativa acessível. Trata-se de oferecer às pessoas cegas à prova em Braille como forma de possibilitar maior autonomia ao candidato na leitura das questões.

“a Universidade cumpre mais um importante papel social e se adéqua a Lei de Diretrizes 9.394/96 e as Normas Técnicas para uso, produção e difusão do Sistema Braille que recomenda o desenvolvimento e a prática de ações inclusivas nas instituições educacionais superiores, como também garante efetivamente o acesso e a permanência da pessoa com deficiência no ensino superior”. (Portal clickPB, 2013)

De acordo com as informações obtidas no Núcleo de Educação Especial, a universidade conta com **x** alunos com deficiência, quanto aos alunos com deficiência visual, público alvo do presente estudo, identificou-se a matrícula de quatro estudantes, sendo três graduandos nas áreas de pedagogia, história e comunicação social e um mestrando na área de literatura e interculturalidade.

Este número nos parece mínimo quando observamos as estatísticas que sinalizam para a existência de 1.045.962 pessoas, as quais totalizam 27,7% da população paraibana com algum tipo de deficiência.

Embora tenhamos considerado relevante, não encontramos dados reais acerca do número de estudantes com deficiência matriculados no ensino superior no estado da Paraíba. Ainda assim, constatamos que essa disparidade ocorre também em nível nacional uma vez que as pessoas com deficiência representam 24% da população brasileira, mas apenas 6,7% destas pessoas atinge o ensino superior. (IBGE, 2010).

Os dados acima revelam a necessidade de maiores investimentos afim de que um número cada vez maior de estudante com deficiência possa chegar ao ensino superior. Para tanto, torna-se necessário investir inicialmente na educação básica, já que, no Brasil é grande o quantitativo de estudantes com deficiência que sequer concluem o ensino fundamental o que implica para estes em perdas irreparáveis seja em vista de sua inserção no mercado de trabalho, seja no tocante a sua presença nos demais espaços da sociedade.

3.3 Dados da Pesquisa em Análise

Neste capítulo trazemos o olhar dos sujeitos da pesquisa em relação à presença de estudantes com deficiência no curso de pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba. A fim de preservar os princípios éticos da pesquisa identificamos os docentes como sujeitos A, B, C e D. Para melhor delimitarmos nosso objeto de estudo, direcionamos as entrevistas a partir de sete questões norteadoras, as quais tratam desde a identificação e a área de atuação do docente, até sua compreensão e dificuldades acadêmicas na relação com os estudantes com deficiência. Para organizarmos as análises dos dados coletados, apresentamos as questões e após cada uma analisamos as falas dos sujeitos sob a ótica dos teóricos da área de educação inclusiva.

Pareceu-nos relevante iniciar a pesquisa indagando os docentes em relação a sua formação. Sobre esta questão obtivemos as seguintes respostas:

Sujeito A: *“Pedagoga formada aqui na Universidade da Paraíba, na época era Universidade Regional do Nordeste, minha formação é habilitação em orientação educacional, depois fiz mestrado em educação na UFPB e fiz doutorado na universidade do estado do Rio de Janeiro. (Dinter). Um doutorado institucional”.*

Sujeito B: *“Sociólogo minha formação é sociologia e mestrado em educação, vou fazer 20 anos já de UEPB”.*

Sujeito C: *“Tenho pós-graduação em psicologia e mestrado em educação, fiz especialização em psicanálise na UEPB e atuo há 20 anos na UEPB”.*

Sujeito D: *“Sou graduada em pedagogia, fiz especialização em comunicação educacional, especialização em educação e fiz mestrado em ciência da sociedade com foco na formação do professor”.*

Compreendemos que em qualquer nível de ensino, a formação caracteriza-se como elemento determinante no exercício da docência. Nesse sentido a Conferência Nacional de Educação, a qual elaborou o plano nacional para década de 2014-2024 reafirma que, “a formação dos profissionais da educação deve ser tratada como um direito destes profissionais e como dever do Estado, bem como uma política, com oferta de cursos de graduação e pós-graduação lato sensu em universidades públicas”. (Dourado 2010, p.273).

As falas dos sujeitos revelam que houve investimento dos mesmos para com sua formação, tendo em vista que, mesmo atuando a cerca de vinte anos na UEPB, pelo menos cinquenta por cento dos entrevistados são doutorados em suas respectivas áreas de estudo. Tal processo é relevante uma vez que, a nosso ver, uma sólida formação docente possibilita ao professor do ensino superior, o engajamento e o compromisso com o tripé ensino, pesquisa e extensão, tarefas essenciais a serem assumidas pela universidade brasileira.

Após identificarmos como se deu o processo de formação dos sujeitos da pesquisa, os indagamos quanto aos componentes curriculares por eles lecionados, bem como quanto as suas áreas de interesse:

Sujeito A: *“hoje estou lecionando educação, diversidade e inclusão social, e etnicidade racial brasileira e cultura afro-brasileira e indígena e também o conteúdo de metodologia do ensino de história”.*

Sujeito B: *“No curso de pedagogia leciono a sociologia da educação 1 e 2 e no curso de comunicação social sociologia da comunicação”.*

Sujeito C: *“Psicologia da educação, psicologia do desenvolvimento e aprendizagem II”.*

Sujeito D: *“No curso de pedagogia o que leciono é planejamento e avaliação educacional I e planejamento e avaliação educacional II, no curso de geografia processo didático planejamento e avaliação”.*

Como vimos, os docentes investigados atuam em áreas distintas de conhecimento, o que, conforme já argumentamos no capítulo de metodologia, garante uma multiplicidade de olhares em relação à temática investigada. Ressaltamos ainda que “a produção do conhecimento pelo professor se realiza imbricada com a construção das próprias concepções de vida” (BRAGANÇA, 1997, p. 442).

Assim sendo, subjacente a concepção de vida de cada docente investigado, estão certamente o conceito e a visão que estes possuem acerca da deficiência, sobre o que tratamos a seguir:

Sujeito A: *“Olhe: esse conceito de deficiência, eu nunca pensei nunca elaborei um conceito de deficiência, eu vejo é a questão da pessoa com deficiência são pessoas que tem uma limitação seja física seja mental e se a gente for olhar a questão da deficiência todos nos seres humanos tem alguma deficiência alguma limitação, certo. Eu nunca parei, para pensar e elaborar um conceito, em fim deveria. Até porque tenho um componente que leciono que é diversidade”.*

Sujeito B: *“É um conceito meio difícil de dar conta principalmente quando pega a gente de surpresa, mas a deficiência talvez seja uma certa dificuldade que a pessoa enfrenta em desenvolver algum tipo de atividade”.*

Sujeito C: *“Para mim não tem nenhum conceito elaborado que de conta, porque já ensinei educação especial e a pessoa vai mudando de conceito, mas não tem nenhum conceito assim que dê conta de definir uma pessoa, então a deficiência na minha concepção é uma falta é uma ausência, falta algo que está incompleto é incompletude. Deficiência pra mim, nas minhas concepções embora muitas pessoas até mesmo pessoas deficientes e pessoas que trabalham na área até mesmo as pessoas com deficiência costumam dizer que as pessoas são iguais independente de raça, cor, fê, mas existem as diferenças individuais, então neste sentido eu vejo a dificuldade também como uma diferença e essa diferença muitas vezes gera muitas vezes não ela gera uma dificuldade em muitos sentidos não é deixar a pessoa ser menor, "ou melhor," por que ninguém é melhor que ninguém e as pessoas são iguais no sentido de qualidade, habilidade então a deficiência por essa questão das deficiências que ocorrem normalmente e também aquilo que ocorre anormalmente então você vê no sentido de uma dificuldade de uma falta”.*

Sujeito D: *“Vejo como uma pessoa dependendo da deficiência como uma pessoa que tem o mesmo potencial de qualquer outra desde que lhe seja oferecida as condições necessárias para que aprenda e se desenvolva”.*

Setenta e cinco por cento das falas acima revelam que mesmo no ensino superior voltado à formação de novos professores, a deficiência é questão pouco discutida. Não ter tempo para pensar sobre a deficiência (sujeito B), ou concebê-la como falha,

incompletude, (sujeito C), são concepções recorrentes nas escolas e até nas universidades brasileiras. As pesquisas mais recentes em torno desta questão indicam que a deficiência é complexa, dinâmica, multidimensional e questionada. A convenção da ONU que trata dos direitos das pessoas com deficiência propõe uma ruptura do modelo clínico ao modelo social, de acordo com o qual,

“a deficiência é um conceito em evolução que resulta da interação entre pessoas com deficiência e barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação plena e eficaz na sociedade de forma igualitária.” (Nações Unidas 2008).

A compreensão deste conceito e de sua evolução é de fundamental importância tendo em vista que, por vezes uma pessoa com deficiência é impedida de participar com condições igualitárias em determinados ambientes, não por falta de capacidade, mas por força de inúmeras barreiras, que uma vez eliminadas garantiriam a plena e igual participação destes sujeitos.

Ainda hoje, vivemos numa sociedade em que as pessoas são observadas a partir de sua deficiência, razão pela qual consideramos importante questionar os sujeitos da pesquisa quanto a sua visão acerca das pessoas com deficiência. Sobre a questão tivemos os seguintes depoimentos:

Sujeito A: *“Olha, pra mim na minha história de família, a gente tem um caso muito forte que é de um primo que é deficiente mental, então de eu conviver com pessoas com deficiências aqui na universidade, minha percepção sobre a questão das pessoas com deficiência era de pessoas que eram muito limitadas, que não podiam certas coisas, até porque cresci convivendo com este meu primo, vendo este meu primo muito preso e limitado, sem poder participar e conviver na maioria das coisas, então eu tinha essa visão que a pessoa não podia muita coisa, na época da universidade como aluna não tive oportunidade de conviver com nenhuma colega que tivesse alguma deficiência, na minha época de estudante eu não tive esse privilégio só quando eu vim como professora que eu comecei a ter alguns alunos com deficiência e aí eu vi que aquilo que eu tinha que a pessoa não podia isso ao aquilo, era muito mais preconceito da minha formação da minha vivência familiar, hoje eu tenho uma visão da pessoa com deficiência muito mais aberta”.*

Sujeito B: *“Eu vejo, uma pessoa pouco diferente das outras, essa ideia da diferença temos um pouco diferente dos outros cada um é diferente a sua maneira, deficiente é uma pessoa capaz como qualquer outra, mas que tem*

algumas dificuldades e algumas necessidades seja locomoção, seja na visão uma pessoa igual à outra apenas diferente em alguns detalhes”.

Sujeito C: *“Uma pessoa que precisa de uma atenção diferenciada”.*

Sujeito D: *“Vejo como uma pessoa dependendo da deficiência, como uma pessoa que tem o mesmo potencial de qualquer outra desde que lhe seja oferecida as condições necessárias para que aprenda e se desenvolva”.*

Fica aqui explicitado, particularmente na voz do (sujeito A), que mais que os estudos e a legislação, é a convivência com as pessoas com deficiência que modifica o olhar dos ditos normais em relação a estas.

“poderíamos dizer que as pessoas com deficiência estão “invisíveis” na sociedade. E, a invisibilidade das pessoas com deficiência, nos espaços sociais comuns, e a crença em sua incapacidade, associadas ao desconhecimento – ignorância – sobre seus direitos e direitos humanos, em geral, estão na raiz das atitudes e procedimentos discriminatórios”. (FERREIRA. 2009, p.2)

A nosso ver, somente a partir da convivência com as pessoas com deficiência será possível, em qualquer nível de ensino ou ambiente social, eliminar os procedimentos discriminatórios mencionados pela autora. Merece ainda destaque a voz do Sujeito D, que reconhece o potencial das pessoas com deficiência. Contudo compreende que é preciso criar condições e eliminar barreiras para que tais sujeitos possam desenvolver-se.

“Essas ações devem ter como objetivos a conscientização da comunidade escolar e o seu envolvimento como um todo no processo de construção da cultura inclusiva, a partir da qual os membros da comunidade passam a acreditar e a compreender as razões pelas quais todos (as) devem ser igualmente valorizados, reconhecidos como iguais, procurando apoiar-se mutuamente, colaborar entre si e, acima de tudo, encontrar as mesmas oportunidades de formação humana, de aprendizagem e de participação na vida escolar (incluindo a sala de aula e o acesso ao currículo), a fim de poderem no futuro ter chance de se tornarem cidadãos ou cidadãs ativos (as) e produtivos (as) na vida adulta”. (FERREIRA, 2009 p. 50)

O sistema educacional brasileiro ainda nos parece carente de ações mais efetivas em vista da real inclusão das pessoas com deficiência, o que se justifica pelos registros encontrados nos dados do censo da educação superior – MEC/INEP por meio dos quais constata-se o aumento das matrículas que passaram de 5.078 em 2003 para 23.250 em 2011, indicando um crescimento de 358%. Por isso consideramos importante indagar os docentes se já lecionaram a estudantes com deficiência, e em caso afirmativo, quais suas reações, sentimentos e atitudes.

Sujeito A: “Sim, eu fiquei muito curiosa, faço dinâmica de participação nos grupos, sempre foi muito significativa. Eu vi que todos sempre se desempenharam e sempre falaram, sempre fizeram suas colocações eu nunca percebi uma maior dificuldade. Eu não vejo diferença, por exemplo, de sua apresentação para apresentação de outras colegas, que você talvez estivesse com dúvida no que você estava apresentando a suas outras colegas tiveram a mesma dúvida, mas eu acho que essa coisa do exercício da escrita e aí tem a questão, vocês poderiam escrever em braile e a alguém poderia transcrever para o português de forma que a gente pudesse ver com mais consistência da dimensão teórica entendeu, si aí, aí, por exemplo, até essa coisa de exigir mais de vocês a produção escrita aí num é porque é cega são os alunos de pedagogia como um todo entendeu que estão com essa dificuldade de escrever mais de produzir mais”.

Sujeito B: “Já lecionei não muitas, mas já lecionei. Bem, eu confesso que tenho uma certa dificuldade, porque eu nunca, quer dizer a maioria dos professores não foram preparados para lidar com esse tipo de deficiência. Eu tive alguns alunos meus que eram cegos eu nunca trabalhei com outro tipo de deficiência, eu tenho uma certa dificuldade porque a gente nunca foi treinado, preparado nunca foi habituado, pra mim é um pouco difícil e estranho, mas assim eu tenho procurado ao máximo tentar conduzir da melhor forma possível a relação com eles”.

Sujeito C: “Já, vários alunos. Sentimentos positivos, porque eu acho muito bom ver que pessoas com deficiência estão participando normalmente e que chega mais gente na universidade com deficiência, meu sentimento é totalmente positivo e também às vezes falta um pouco de me policiar para prestar atenção naquelas pessoas em sala de aula”.

Sujeito D: “Sim, já lecionei. Bom, a minha primeira atitude quando percebo o aluno com deficiência visual e isso acontece no nosso primeiro encontro é chegar perto desse aluno me apresentar e pedir que ele me apalpe desde sentir minha altura meu aspecto físico perceba que eu uso óculos me conheça fisicamente, a reação é a reação de dizer ao aluno que a gente vai precisar conversar muito, a gente vai precisar perguntar a esse aluno como é que ele vem fazendo para desenvolver suas atividades dentro da universidade e como combinarmos a forma das atividades, tem uma preocupação muito grande se esse aluno tem habilidade com braile, Sentimento é o mesmo que eu sinto pelos meus alunos em sala de aula (riso), de respeito e de que a gente tá ali e eu como professora por ter mais experiência com aquele conteúdo ele como aprendiz e nós dois juntos para aprender então eu não vejo muita diferença não a diferença é me preocupar na forma como me dirigir a pessoa que tem a deficiência, eu sei que tenho que ter clareza que ela precisa de mais e que eu tenha mais atenção a isso”.

As falas acima (sujeito A e Sujeito B) identificam que curiosidade e estranhamento são atitudes muito frequentes quando se trata da presença de estudantes com deficiência, seja no ensino superior seja na educação básica. Observamos por outro lado professores preocupados em adaptar situações e metodologias de ensino (sujeito C e Sujeito D). São docentes que olham para as pessoas com deficiência não como seres

incapazes, mas como sujeitos dotados de um potencial semelhante aos dos colegas de sua turma. Desta forma espera-se que

O professor seja capaz de compreender e praticar a diversidade e esteja aberto a práticas inovadoras. Deve, portanto, aprimorar conhecimentos sobre como melhor lidar com as características individuais (habilidades, necessidades, interesses, experiências, etc.) de cada aluno, a fim de planejar aulas que levem em conta tais informações e necessidades. (SILVA & REIS 2011, p.11)

Neste percurso, o qual nos dá a consciência de que a inclusão é um processo ainda em construção, docentes e discentes deparam-se com extremas dificuldades no dia a dia de sala de aula, com forme depoimentos a baixo descritos:

Sujeito A: *“Bom, no meu caso é principalmente essa coisa da matéria que a gente tá trazendo, a gente traz o material que a gente possa tá o tempo todo descrevendo para vocês. Eu me lembro na época dos primeiros, eu ficava: como eu vou ler esses slides e às vezes pensei em deixar de levar os slides e fazer a aula expositiva, mesmo porque tinha os meninos com deficiência na sala. E principalmente nesta disciplina que agente tá trabalhando agora, a gente precisa em alguns momentos tá levando material em áudio, tá levando texto, levando mapas e aí a dificuldade como é que vai dizer, como é que vai escrever, como é que a gente vai ter um material mais acessível”.*

Sujeito B: *“Eu acho que a maior dificuldade estava comigo mesmo, principalmente nos primeiros anos, no início não sabia como lidar diretamente com essas pessoas, mas no final não tive nenhum problema, a gente sempre acertou, eles traziam as dificuldades e a gente sentava e a partir de um diálogo tentávamos resolver isso da melhor maneira possível”.*

Sujeito C: *“Depende do aluno, é aquilo que eu coloquei no início é a diferença entre as pessoas que faz com que aquela deficiência se torne mais ou menos complicada ou mais difícil ou menos difícil, já tive alunos muito bons participativos e eu aprendi muito mais do que ensinei, porque participavam oralmente e tinham apoio fora da sala de aula para ler os textos com eles, a universidade está de parabéns no sentido de dar um apoio que é a tutoria e de ter também um núcleo que dê esse apoio então isso facilita muito pro professor, a principal dificuldade que já encontrei é quando o aluno não participa da aula, o aluno deficiente visual assim como qualquer outro. Eu já tive a alunos com deficiência visual com aprendizagem excelente que você percebe isso, não quer dizer que os outros não tiveram, mas quer dizer que o professor tem dificuldade de avaliar”.*

Sujeito D: *“A primeira que eu constato é a inabilidade com o braile eu fico muito preocupada porque meu aluno que não domina o braile ele é ouvinte na sala de aula e fica na dependência que os outros leiam para ele, escrevam para ele, aí eu fico forçando a barra para que ele vá buscar mais. E como não é uma coisa que se aprende do dia para noite e nem se*

desenvolvem habilidades do dia para noite a gente vai trabalhando com o tutor”.

Além das diferenças individuais (sujeito C), que possibilitam a um estudante com ou sem deficiência aprender mais ou menos em relação aos seus pares, as maiores dificuldades elencadas pelos depoentes, parecem residir, no caso das pessoas com deficiência visual, na acessibilidade aos conteúdos, o que ocorre tanto em função do pouco conhecimento do sistema Braille (Sujeito D), como pelo uso excessivo de recursos puramente visuais, (Sujeito A).

Diante do exposto julgamos urgente que professores e principalmente estudantes com deficiência tenham claro que a acessibilidade além de garantia legal constitui-se como um direito humano inalienável. Neste sentido, FERREIRA (2009, p.26) afirma que,

“a inoperância da inclusão no âmbito escolar se dá, principalmente, pela violação dos direitos humanos, “[...] a qual constitui sólida barreira para o desenvolvimento de escolas inclusivas para todos (as)”.

Ainda no tocante a acessibilidade para pessoas com deficiência na UEPB, ressaltamos a existência do programa de Tutoria Especial (Sujeito C e D).

“Tal programa consiste na seleção de um aluno da instituição para desempenhar o cargo de tutor, o qual passa a ter por obrigações cumprir 12 horas semanais, para a realização de atividades como leitura e gravação de textos, auxílio nas pesquisas, bem como, apoio nos estudos”. JUSTINO (2011, p. 15 -16)

Em nossa passagem, assim como na trajetória de um considerável número de pessoas cegas egressas na UEPB, são significativas as contribuições do referido programa, uma vez que apesar do aparato tecnológico ora existente, é ainda imensa, particularmente no ensino superior, a carência de materiais bibliográficos acessíveis, cabendo ao tutor à tarefa de, sem cercear a autonomia do tutorando, tornar acessíveis tais materiais.

A nosso ver, o programa de Tutoria especial é apenas um, dentre tantos caminhos possíveis de serem percorridos em vista da plena participação de estudantes cegos no ensino superior. Somos conscientes de que não há receita para o cumprimento deste direito, e a inclusão se constrói passo a passo por meio de alternativas que juntos, docentes e discentes, estabelecem dentro e fora da sala de aula, fato que se evidencia nas falas abaixo:

Sujeito A: “Na hora das apresentações eu estimei para que todos participassem eu acho que você participa mais da aula do que algumas meninas da turma, então, particularmente eu não diferencio”.

Sujeito B: “Bem, uma das coisas que eu sempre fazia também que é uma metodologia minha em sala de aula eu sempre trabalho com atividades em grupo, então os alunos acabam se envolvendo no grupo e acabam trabalhando coletivamente com o outro. Atividade com o colega para sentar com ele, discutir com ele, trocar ideias com ele. A Universidade também tem o programa de Tutoria e aí os alunos acompanham as pessoas com deficiência e isso facilita de certa forma e assim há diálogo maior e mais tranquilo com os alunos”.

Sujeito C: “O primeiro aluno que eu tive com deficiência visual eu fazia atendimento individual, as provas eu fazia oralmente, alguns textos algumas discussões fazia com o aluno individualmente e quando vídeo não era dublado eu conversava com o aluno sobre como era o filme depois a universidade passou a ter tutor após os tutores, a gente conversa diretamente com o tutor e o aluno em sala de aula como qualquer outro aluno. Eu converso com o tutores para que eles não deem as respostas para que eles deixem estes alunos se esforçarem para compreender e apreender”.

Sujeito D: “Primeiro que eu não acho que exista igualdade de condições, a partir do momento em que eu dependo de outra pessoa para ler para mim, a condição não é igual daquela que lê seu texto e escreve seu trabalho, então eu não acredito que há igualdade de condições eu acredito que é uma tentativa para que o aluno com deficiência se aproprie do conhecimento tanto quanto os outros (as)”.

As discussões acerca da diversidade, tão presentes na realidade atual, indicam conforme a afirmação do sujeito D, que vivemos em uma sociedade extremamente desigual, uma vez que por inúmeras razões, há muitos são negadas condições que garantiriam sua participação efetiva nas diversas esferas sociais.

“a proposta de direitos iguais” a todos só poderá ser colocada em prática a partir do reconhecimento da necessidade de tratamento diferenciado aos alunos, de acordo com suas demandas, no sentido de assegurar as necessidades educativas de um, de forma igualitária, pensar no diferente não significa unicamente atribuir ao sujeito mais ou menos capacidades e possibilidades. Significa, sim, deixar de lado parâmetros estabelecidos e trabalhar a partir do que seja ‘diferente’ (HAYASHI 2012, p.83).

Desta forma, estamos conscientes quanto ao fato de que aliado a ações de caráter político há que se criar, em qualquer nível de ensino, estratégias que assegurem aos estudantes com deficiência o direito do acesso e permanência na universidade. No âmbito da Universidade Estadual da Paraíba, os docentes sujeitos desta pesquisa, que já

receberam alunos com deficiência visual, sinalizam entre outras, para algumas estratégias que viabilizariam a permanência e o êxito destes estudantes na universidade.

Sujeito A: *“tá faltando um trabalho com os professores porque é aqui em pedagogia já aconteceu não acontece com tanta frequência, mas já aconteceu o caso da professora que nem percebeu que você tinha deficiência visual. Em outros cursos professores ficaram apavorados quando chegaram na sala e souberam que tinha um aluno cego, eu acho que na medida que for entrando aluno com deficiência na instituição, deveria chamar o núcleo de educação especial para alguém do núcleo ir e fazer um trabalho com os professores e mostrar como poderia ser o trabalho, falta o núcleo se institucionalizar concorrer para ter financiamentos e a instituição UEPB, mediante a entrada dos alunos o núcleo consiga chegar nos diversos cursos que estão recebendo esses alunos para fazer um trabalho com os professores, pois os mesmos não estão preparados para lidar com essa questão e olha que por enquanto só temos recebido pessoas com deficiência visual ou com alguma deficiência física e quando chegar com outra que agente não sabe lidar eu acho que tá faltando isso na gente eu acho que o departamento de educação de certa forma é responsável pela questão da formação docente e como dentro do próprio departamento, nós não sabemos lidar percebe a contradição? A gente tá falando de formação docente, mas a gente mesmo não tem formação docente para lidar com essa situação”.*

Sujeito B: *“Eu acho primeiro que deveria reforçar esse programa da universidade da Tutoria que é um programa interessante tanto pra quem tá chegando com alguma deficiência, como também para o aluno regular do curso de pedagogia que vai poder desde já acompanhar uma pessoa com deficiência e aprender a lidar com isso. Eu acho que seria importante também a universidade ter um trabalho específicos com os professores para que possam conhecer melhor a realidade”.*

Sujeito C: *“Mais computadores, que o aluno tivesse o notebook com internet em sala de aula que os alunos tivessem mais independência, vídeos que a própria universidade ou o núcleo pudesse ajudar no sentido de dublá-los, que seja mais acessível. a universidade já está investindo, porém poderá no futuro próximo dar mais condições a esses alunos em sala de aula”.*

Sujeito D: *“Primeiro maior acessibilidade, você veja a sala de educação especial fica no terceiro andar do prédio acho que não se levou em conta a necessidade dos alunos. Segundo os recursos tecnológicos para que o aluno com deficiência tenha outros meios de acessar o conhecimento para ele não estar o tempo todo na dependência de alguém para fazer com ele”.*

A acessibilidade física e tecnológica, (Sujeito C e D), como também uma formação que contemple não apenas os alunos das licenciaturas, mas também os docentes dos diversos departamentos e cursos da universidades foram às alternativas sugeridas pelos entrevistados.

Diante do que vimos, são múltiplos os olhares dos professores da Universidade Estadual da Paraíba ao se depararem com a presença de estudantes com deficiência. No curso de pedagogia (formação adequada, dificuldade pessoal, atenção, limitações de recursos) são algumas dentre as barreiras recorrentes nas falas dos entrevistados. A nosso ver a remoção de tais barreiras somente será possível quando houver, em primeiro lugar uma sólida mudança na mentalidade dos docentes, o que deverá se somar a uma série de medidas que representem um esforço conjunto no propósito de concretizar o princípio da educação para todos. Sobre isso trataremos a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, somado a nossa experiência pessoal enquanto aluna do curso de pedagogia, revelou que na Universidade Estadual da Paraíba, assim como na maioria das universidades brasileiras, muitos são os desafios a serem enfrentados por um estudante com deficiência, desafios estes, que vão desde o ingresso até a conclusão do curso superior.

Falta de acessibilidade, bem como de credibilidade de alguns profissionais. São algumas dentre as barreiras que pessoalmente enfrentamos pela passagem pelo ensino superior.

Diante de tais desafios e após a realização desta pesquisa, consideramos urgente a adoção de algumas medidas que possibilitarão aos estudantes com deficiência, bem como as universidades brasileiras, condições que garantam o acesso, a permanência e a conclusão do ensino superior por parte destes estudantes.

Afirmamos, em primeiro lugar, que apesar das dificuldades enfrentadas todos os dias, as pessoas com deficiência em nenhum momento deverão desistir de alcançar seus objetivos e de ocupar seu espaço na sociedade.

Pelas experiências que vivenciamos consideramos que, aos professores falta maior interesse em buscar, até mesmo fora da universidade, uma formação específica na área da inclusão das pessoas com deficiência. Neste sentido, para mim sua maior dificuldade é a de não conhecer sobre a deficiência, seja ela qual for. Se o professor quisesse poderia fazer um trabalho de qualidade e que alcançasse os níveis e condições de aprendizagem de cada indivíduo.

A universidade, por sua vez deveria oferecer cursos de formação não apenas para os professores que vão receber alunos com deficiência em sala de aula, mas a todos os funcionários que fazem parte da instituição e convivem com estas pessoas durante todo tempo de estudo. Já aos gestores públicos, torna-se necessário que realizem maiores investimento na área da educação e em particular na educação especial, por que quando se investe na maior qualidade do ensino, teremos como resultado o fortalecimento das pessoas com deficiência, seja na universidade, seja no mercado de trabalho, depois de concluir com êxito seu curso superior.

Por fim, esperamos que a presente pesquisa possa contribuir com todas as pessoas que levantam a bandeira e que se engajam na luta das pessoas com deficiência afim de

que tenham vida ativa e qualidade em sua trajetória estudantil e profissional. Quanto aos professores esperamos que repensem suas práticas como profissionais acreditando, sobretudo, que sua ação deixará marcas, positivas ou negativas na vida de um aluno com deficiência.

Esperamos, finalmente, que o presente relatório de pesquisa, o qual contém as percepções dos docentes em relação à presença de estudantes com deficiência na Universidade Estadual da Paraíba, ajude esta instituição na tomada de decisões e na implementação de medidas que viabilizem, não apenas o acesso, mas a permanência e o êxito destes estudantes na universidade, o que culminará com sua conclusão do curso e com sua inserção proativa no mercado de trabalho.

REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Salete Fabio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. In Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n.º 21, março, 2001.

BERTALLI, J. G. **Ensino de geometria molecular, para alunos com e sem deficiência visual, por meio de modelo atômico alternativo**. Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º. 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, MEC, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Acesso: 10 de dezembro de 2013.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

_____. **Ministério de Estado da Educação e do Desporto**, Portaria n.º 1793, de dezembro de 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf>>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2014.

_____. **Ministério do Trabalho e Emprego**. A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. 2. ed. Brasília: MTE, SIT, 2007.

_____. **Normas do Ensino Superior n.º 5.540/68**, de 28 de novembro de 1968. Acesso: 10 de dezembro de 2013.

_____. **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Com Deficiência: Viver Sem Limites**. Brasília: 2013.

_____. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva na Educação Inclusiva: MEC/SEEP. 2007.

_____. **Secretaria de Educação Especial**. Experiências educativas inclusivas: Programa de Educação Inclusiva: Direito à diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Especial, 2006.

_____. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial: livro 1/MEC/SEEP. - Brasília: a Secretária, 1994.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais. Arte Brasília: MEC/SEF, 1997

_____. **Secretaria de Educação Superior**. Edital n.º 4. Seleção de Propostas. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. N. 84, seção 3, p. 39-40, 5 de maio de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index>. > Acessado em: 14 de abril 2014.

CAMARGO, É. P.; NARDI, R. **Dificuldades e alternativas encontradas por licenciados para o planejamento de atividades de ensino de óptica para alunos com deficiência visual**. Revista Brasileira de Ensino de Física, v.29, nº1, p. 115 – 126. São Paulo, 2007.

CORREIA, L. M. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares**, Porto, Porto Editora, 1997.

CORRER, Rinaldo. **Deficiência e Inclusão Social: Construindo uma nova comunidade**. Bauru: EDUSC, 2003.

COSTA, Jean Braz. **Leitor de Tela Vision, Jaws e DOSVOX: Como instalá-los e começar a utilizá-los?** Disponível em: http://styx.nied.unicamp.br/todosnos/acessibilidade/textos/leitores_de_telas.html. Acessado em 12 de março de 2014.

DOMINGUES, Celma dos Anjos. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação (2011-2020); Avaliação e perspectiva**. Goiás: Ed. UFG Autentica, 2010.

FERREIRA, Windyz B. Entendendo a discriminação contra estudantes com deficiência na escola. In: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIRO, Débora. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009. p. 25-54.

_____, **Direito da pessoa com deficiência e inclusão nas escolas**. Disponível em: <<http://WWW.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/pdf>>. Acessado em: fevereiro 2014.

FAVERO, Osmar & FERREIRA, Windyz & IRELAND, Timothy & BARREIROS, Débora (orgs.). **Tornar a Educação Inclusiva**. Brasília: anped, 2009.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis. 2007.

_____, **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/Artigos/PD.Historia.phd>. acessado: dezembro 2013.

HAYASHI, Carla (et al). **Deficiência Visual no Ensino Superior: Capacitação Docente para Inclusão**. In: III SIES – Seminário Inclusão no Ensino Superior. Londrina. Universidade Estadual de Londrina. Novembro de 2012, p. 81-88.

<http://www.bengalabranca.com.br/2011/index3.php>. Acessado em 17 de março de 2014.

<http://www.acessopcd.blogspot.com.br/>. Acessado em 17 de março de 2014.

<http://www.abcdidatica.com.br/>. Acessado em 17 de março de 2014.

<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/intro.htm>. Acessado em 12 de março de 2014.

INSCRIÇÕES para o vestibular 2014 da UEPB. **Clikpb**, Paraíba, 01 de Julho de 2013 Disponível em <http://www.clickpb.com.br/noticias/educacao/inscricoes-para-o-vestibular-2014-da-uepb-comecam-no-dia-29/>. Acessado em 21 de março de 2013.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

JUSTINO, Laureane Moreira. **Ensino Superior e Pessoa com Deficiência: Analisando A Vivência Acadêmica de Estudantes Cegos**. 2011. 28f. Trabalho de conclusão de curso em Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2011.

LEITÃO, Thais. Pessoas com deficiência representam 24% da população brasileira. Agência Brasil, 29 de junho de 2012. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-06-29/pessoas-com-deficiencia-representam-24-da-populacao-brasileira-mostra-censo>> Acessado em: 28 de março de 2014.

MACHADO, William Cesar Alves. **Vivência e Deficiência Recortes da Realidade: Cotidiano dos Conselhos Municipais das Pessoas com Deficiência**. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2008.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos da Educação Especial**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1982. xiv 137 p. (Cadernos de educação).

MARQUEZINE, Maria Cristina (et. al.). **Política Pública e Formação de Recursos Humanos em Educação Especial**. Londrina: ABPEE, 2009.

PEIXOTO, Jurema L. B. (et. al.). **SOROBAN: Uma ferramenta para compreensão das quatro operações**. I Ed. Itabuna/Bahia: Via Litterarum, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry (org.). **Exclusão, Inclusão e Diversidade**. João Pessoa: UFPB, 2009.

RIBEIRO, Elisa Antonia. **As perspectivas da entrevista na investigação qualitativa**. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais. Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

Relatório Mundial Sobre à Deficiência (**World Reporto on Disability**). São Paulo, 2012.

30 anos do AIPD: **Ano Internacional das Pessoas Deficientes 1981-2011**. São Paulo, 2011.

SÁ, Elizabet Dias de & CAMPOS, Izilda Maria de & SILVA, Myriam Campolina Silva. **Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: MEC, 2007.

_____. **SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em: 17 de fevereiro 2014.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **A história da exclusão da pessoa com deficiência: aspectos socioeconômicos, religiosos e educacionais**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

SANTOS, Mônica Pereira (et. al.). **Inclusão em Educação: diferentes interfaces**. São Paulo: CRV, 2009.

SANTOS, Nayara Vitorino dos. **Ensino e Aprendizagem na Perspectiva da Inclusão de Alunos com Deficiência Visual na Escola Regular**. 2012. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2012.

SALVDOR, Diego Salomão Cândido de O. (et al.). **Processo Educacional Inclusivo: Das Discussões Teóricas à Necessidade da Prática**. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/15/12>>. Acessado em: 23 de janeiro de 2014.

SILVA, Livia Ramos de Souza & REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Educação Inclusiva: O desafio da formação de professores. **Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhuma** – v.3, n.1 – março de 2011 – p.07-17. Disponível em: <<http://www.ueg.inhumas.com/revelli>>. Acessado em 06 de janeiro 2014.

SOUZA, Olga Solange Herval (org.). **Itinerários da Inclusão Escolar: Múltiplos Olhares, Saberes e Práticas**. Porto Alegre: AGE, 2008.

STOBÄUS, Claus Dieter & MOSQUERA, JUAN José Mouriño (Org.). **Educação Especial: em direção à educação inclusiva**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TEXEIRA, Maria Cristina. O Direito à Educação Nas Constituições. **Revista da Faculdade de Direito**: São Paulo, v 5, n 5, p. 146-169, 2008. Disponível <<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/RFD/article/view/464/pdf>> Acesso em 16 de fevereiro 2014.

ULIANA, Cleverson Casarin. **NDVA: Leitor de tela livre para Windows**. Disponível em: <http://acessibilidadelegal.com/33-nvda.php>. Acessado em 12 de março de 2014.

ZAMPAR, Josilene Aparecida Sartori. O Estudante com Deficiência no Ensino Superior. In: **VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. 08, p. 150-159, 2013, Londrina. <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anas.pdf>. Acessado em 19 de fevereiro de 2014.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

Nome:

Formação:

1.0 - Qual o componente curricular que leciona?

2.0 - Qual seu conceito sobre a deficiência?

3.0 - Como você vê a pessoa com deficiência?

4.0 - Você já lecionou para alunos com deficiência em caso afirmativo quais são seus sentimentos, atitudes e reações?

5.0 - Que dificuldades você constatou ou constata ao lecionar para alunos com deficiência visual?

6.0 - Qual os caminhos que vocês adotou para que esse aluno estudasse em igualdade de condições com os demais?

7.0 - Que estratégia você aponta para permanência e o êxito destes alunos na UEPB?

